

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da BSF Holding S.A. ("Companhia"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, acrescidas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, na forma da Legislação Societária. **Ativos totais:** Os ativos totais atingiram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 2.862.641 (2020: R\$ 2.825.483). **Patrimônio líquido e resultado:** O patrimônio líquido total atingiu, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 2.700.802 (2020: R\$ 2.725.018). A Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R\$ 462.716 (2020: R\$ 352.501). **Remuneração dos Acionistas e Reinvestimento de Lucros:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências. A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

A DIRETORIA

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		214.294	104.865	Circulante		161.839	100.465
Caixa e equivalentes de caixa	6	7	10	Outras obrigações		161.839	100.465
Instrumentos financeiros		35.534	4.943	Dividendos a pagar.....	10.3	131.874	100.463
Aplicações financeiras.....	7	35.534	1.585	Impostos e contribuições.....		29.965	2
Valores a receber de sociedades ligadas.....		-	3.358	Patrimônio líquido	10	2.700.802	2.725.018
Outros créditos		178.753	99.912	Capital		1.742.000	1.742.000
Dividendos a receber.....	12	178.501	99.252	De domiciliados no país.....		1.742.000	1.742.000
Impostos e contribuições a compensar.....	9	252	660	Reservas de capital		5.235	3.353
				Pagamento baseado em instrumentos de capital.....		5.235	3.353
Não circulante		2.648.347	2.720.618	Reservas de lucros		954.980	982.230
Investimento	8	2.648.347	2.720.618	Reserva legal.....		216.282	193.146
Investimentos em controlada.....		2.648.347	2.720.618	Reserva estatutária.....		738.698	789.084
				Ajuste ao valor de mercado – TVM.....		(1.502)	(2.466)
				Ajuste ao valor atuarial – Benefícios pós-emprego.....		89	(99)
Total do ativo		<u>2.862.641</u>	<u>2.825.483</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.862.641</u>	<u>2.825.483</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais	11.1	510.628	352.601
Receita com instrumentos financeiros.....		337	63
Resultado de participação em controlada.....		510.199	352.395
Outras receitas operacionais.....		92	143
Outras despesas operacionais		(11.090)	(66)
Despesas gerais e administrativas.....	11.2	(59)	(55)
Outras despesas operacionais.....	11.3	(11.031)	(11)
Resultado operacional (antes da tributação)		499.538	352.535
Provisão para imposto de renda corrente.....	13	(27.069)	(21)
Provisão para contribuição social corrente.....	13	(9.753)	(13)
Lucro líquido		<u>462.716</u>	<u>352.501</u>
Quantidade de ações (mil)		<u>1.742.000</u>	<u>1.742.000</u>
Lucro por ação (em R\$)		<u>0,27</u>	<u>0,20</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	462.716	352.501
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas:		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	964	(2.465)
Variação de valor justo.....	1.752	(4.482)
Efeito fiscal.....	(788)	2.017
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para lucro líquido:		
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego.....	188	275
Total do resultado abrangente	<u>463.868</u>	<u>350.311</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		Total
			Instrumentos de capital	Legal	Estatutária	Avaliação patrimonial		Benefícios pós-emprego		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.259.130	2.694	175.521	1.014.662	-	(1)	(374)	2.451.632	
Lucro líquido		-	-	-	-	352.501	-	-	352.501	
Destinações:										
Reserva legal.....	10	-	-	17.625	-	(17.625)	-	-	-	
Reserva estatutária.....	10	-	-	-	234.413	(234.413)	-	-	-	
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício.....	10	-	-	-	-	(100.463)	-	-	(100.463)	
Aumento de capital - Incorporação de reservas.....	10	482.870	-	-	(482.870)	-	-	-	-	
Pagamento baseado em instrumentos de capital.....		-	659	-	-	-	-	-	659	
Participação no resultado abrangente de controlada – TVM.....		-	-	-	-	-	(2.465)	-	(2.465)	
Atualização atuarial.....		-	-	-	-	-	-	275	275	
Reversão dos dividendos propostos.....		-	-	-	22.879	-	-	-	22.879	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>1.742.000</u>	<u>3.353</u>	<u>193.146</u>	<u>789.084</u>	<u>-</u>	<u>(2.466)</u>	<u>(99)</u>	<u>2.725.018</u>	
Mutação do exercício		<u>482.870</u>	<u>659</u>	<u>17.625</u>	<u>(225.578)</u>	<u>-</u>	<u>(2.465)</u>	<u>275</u>	<u>273.386</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>1.742.000</u>	<u>3.353</u>	<u>193.146</u>	<u>789.084</u>	<u>-</u>	<u>(2.466)</u>	<u>(99)</u>	<u>2.725.018</u>	
Lucro líquido		-	-	-	-	462.716	-	-	462.716	
Destinações:										
Reserva legal.....	10	-	-	23.136	-	(23.136)	-	-	-	
Reserva estatutária.....	10	-	-	-	307.706	(307.706)	-	-	-	
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício.....	10	-	-	-	-	(131.874)	-	-	(131.874)	
Pagamento baseado em instrumentos de capital.....		-	1.882	-	-	-	-	-	1.882	
Participação no resultado abrangente de controlada – TVM.....		-	-	-	-	-	964	-	964	
Atualização atuarial.....		-	-	-	-	-	-	188	188	
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores.....		-	-	-	(358.092)	-	-	-	(358.092)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>1.742.000</u>	<u>5.235</u>	<u>216.282</u>	<u>738.698</u>	<u>-</u>	<u>(1.502)</u>	<u>89</u>	<u>2.700.802</u>	
Mutação do exercício		<u>-</u>	<u>1.882</u>	<u>23.136</u>	<u>(50.386)</u>	<u>-</u>	<u>964</u>	<u>188</u>	<u>(24.216)</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais, exceto informações por ação)

1. Contexto operacional: A BSF Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem como objeto social a participação direta no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – (BACEN), e essas demonstrações contábeis devem ser lidas com esse contexto. Os efeitos da COVID-19 na BSF Holding foram absorvidos através dos impactos gerados em sua controlada, conforme descrito nas demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2022.

2. Base de preparação: Declaração de conformidade com relação às normas CPC - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração da Companhia decidiu pela não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, conforme facultado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis 36 (R3), parágrafo 4 (a) itens (i) a (iv). A Companhia será consolidada em uma das suas controladoras intermediárias, o Atacadão S.A., que terá suas respectivas demonstrações contábeis consolidadas, disponibilizadas ao público em seu *website* (www.grupocarrefourbrasil.com.br) e em jornal de grande circulação. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração.

3. Moeda funcional: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: títulos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJR") são mensurados pelo valor justo.

5. Principais políticas contábeis:

5.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

5.2. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, bem como aplicações em certificados de depósitos bancários, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança do valor de mercado, e que possuem prazo total de aplicação de até 90 dias. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5.3. Instrumentos financeiros: A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a adotar o CPC 48 que descreve os requerimentos para classificar e mensurar os ativos e passivos financeiros. Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro deve ser reconhecido de acordo com a estratégia de negócio, podendo ser: a custo amortizado; VJORA; ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A Companhia não adota como estratégia de atuação a aquisição de instrumentos financeiros com o propósito de serem negociados de forma ativa e frequente. Dessa forma, a carteira de instrumentos financeiros foi classificada na categoria VJORA. Sob CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Modelo de Negócio** - É determinado em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Dessa forma, representa se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos. **Características do fluxo de caixa contratuais dos ativos financeiros** - Identificação dos fluxos de caixa do ativo que constituem apenas pagamento de principal e juros, por meio da aplicação do SPPI (*Solely Payment Principal and Interest*) Test. O SPPI Test tem como objetivo efetuar a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelos instrumentos financeiros, verificando se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Não houve efeitos relevantes decorrentes da avaliação do modelo de negócios da Companhia na gestão de seus

ativos financeiros, assim como, das características do fluxo de caixa contratual destes ativos financeiros. **Redução ao valor recuperável** - A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perda de crédito esperada à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior, a menos que seja um ativo financeiro originado com problemas de recuperação de crédito. Estágio 1: A Companhia classifica neste estágio o instrumento financeiro que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial ou que tem um risco de crédito baixo na data do fechamento. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses; Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão normal de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e de créditos *forborne*; e Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro. **Contabilização de cobertura (hedge accounting)** - Os requisitos para contabilização de cobertura (*hedge accounting*) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos e assim não possui contabilização de cobertura (*hedge accounting*). **Inadimplência e problema de recuperação de crédito** - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável", quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro está vencido há mais de 30 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **5.4. Receitas de contratos com clientes:** CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui o CPC 30 – Receita e o CPC 17 – Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (ICPCs 02 e 11). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. **5.5. Ativos e passivos circulantes:** Estão apresentados pelo valor de realização, acrescidos, quando aplicável, de rendimentos e variações monetárias. **5.6. Participação em empresa controlada:** O investimento da Companhia em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir. **5.7. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 mil no mês para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **5.8. Demandas judiciais:** A Companhia não apresenta registro de demandas judiciais ou extrajudiciais nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e de 2020. **5.9. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital:** O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga. **5.10. Uso de estimativas:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, das receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

(Continua)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais, exceto informações por ação)

As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5.11. Novos pronunciamentos, alteração e interpretação de pronunciamentos existentes. 5.11.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021: Alterações ao CPC 48 - Instrumentos financeiros** - As alterações resumem-se em: - Modificação de ativos e passivos financeiros: Expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Não houve impactos previsto pelo Banco, na data da demonstração financeira consolidada. **5.11.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros: Alterações ao CPC 15 - Referência à estrutura conceitual, melhorias anuais ao ciclo de CPCs 2018-2020 e CPC 06 (R2) - Arrendamentos** - As alterações resumem-se em: - O CPC 15 traz a inclusão da exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25, o comprador aplica o CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19 - Tributos, o comprador aplica o ICPC 19 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios; - As melhorias anuais incluem alterações em quatro normas: CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, prevendo medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão; CPC 48 - Instrumentos Financeiros, esclarecendo que ao aplicar o teste de "10%" para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na/ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez; CPC 06 - Arrendamentos, excluindo o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros, sem data de vigência. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. Os impactos são avaliados até a data de entrada em vigor dos normativos. **Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes** - As alterações ao CPC 26 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial. Elas esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação refere-se a transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	7	10
Total	7	10

7. Instrumentos financeiros: A carteira de instrumentos financeiros é composta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, como segue:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Valor justo	Custo	Valor justo
Título de Depósito Bancário	35.534	35.534	1.585	1.585
Total de Dívidas	35.534	35.534	1.585	1.585

7.1. Redução a valor recuperável: Com base na metodologia de redução ao valor recuperável, baseada no reconhecimento de perdas esperadas, a Companhia não identificou risco de crédito significativo decorrente das operações realizadas com as contrapartes dos instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, não registrou redução ao valor recuperável. **7.2. Exposição a riscos de taxas de juros:** As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com rentabilidade de 100% do DI. **7.3. Risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito, consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com os critérios e objetivos para diversificação de riscos de crédito. Contas a receber refere-se a empréstimos para empresas ligadas, consequentemente com baixo risco de crédito. No que diz respeito ao risco de crédito relativos à caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a exposição é baixa, visto que os recursos caixa e equivalentes de caixa são com instituições de *rating* elevados e as aplicações são em títulos públicos no Brasil. **7.4. Derivativos:** A Companhia não apresenta contratos em aberto de derivativos nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

8. Investimento: O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A sociedade controlada é o Banco CSF S.A. ("Banco"), que foi constituído em 31 de agosto de 2006 e está autorizado a operar nas Carteiras de Investimento e Crédito, Financiamento e Investimento e demais atividades permitidas e regulamentadas pelo BACEN. As atividades do Banco deram início em janeiro de 2007. Atualmente, o Banco é a um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, tendo seu portfólio formado, desde o ano de 2007, por cartões *Private Label*, utilizados por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour e Atacadão, além de cartões com as bandeiras Visa e Mastercard. As informações demonstradas na tabela a seguir resumem os dados extraídos das demonstrações contábeis do Banco.

Banco CSF S.A.	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido no início do exercício	2.720.618	2.469.005
Lucro líquido do exercício	510.199	352.395
Dividendos pagos sobre o lucro gerado no exercício corrente	(178.501)	(99.252)
Dividendos adicionais propostos pagos	(287.971)	-
Juros sobre capital próprio pagos	(119.031)	-
Pagamento baseado em instrumentos de capital	1.881	660
Outros resultados abrangentes	1.152	(2.190)
Patrimônio líquido no final do exercício	2.648.347	2.720.618
Saldo total do investimento	2.648.347	2.720.618
Resultado de equivalência patrimonial	510.199	352.395

9. Impostos a compensar: Os valores dos impostos a compensar referem-se, substancialmente, à diferença entre o valor recolhido com base no cálculo realizado por estimativa da receita bruta e o valor calculado com base no lucro real do exercício.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a compensar	252	660
Total	252	660

10. Patrimônio líquido: De acordo com a Lei nº 6.404/76, foi aprovado pelos acionistas na AGO/E de 22 de maio de 2020, o aumento de capital, no montante de R\$ 482.870 mediante a utilização de saldo das reservas estatutárias. O valor do capital social no exercício é de R\$ 1.742.000 e está dividido em 1.742.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **10.1. Reserva de capital: Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital** - Visa garantir o pagamento de valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidadas com a entrega de instrumentos patrimoniais.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Pagamentos baseados em instrumentos de capital	5.235	3.353

Descrição dos planos de opções de compra de ações: Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A. - O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO), e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano; e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano. Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define: (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; (ii) o preço de exercício das opções outorgadas; (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*); e (iv) as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*). Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	700.364
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	3
Período de exercício das opções ⁽²⁾	A partir do IPO até 21 de março de 2023
Preço de exercício (em R\$ por opção)	11,70

⁽¹⁾ Número de opções autorizadas, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017. ⁽²⁾ As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações: -1/3 (um terço) na ocorrência do IPO; -1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e -1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO. Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema: (i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO; (ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e (iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO. O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo e 24 meses depois, o terceiro. **Plano de Performance Stock Options 2019 ("Plano Regular 19")** - O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem: - **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo; - **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo; - **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga; - **Prazo máximo para exercício das opções:** até o final do 6º ano da data de tal plano; - **Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e - **Preço de exercício:** será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada: - Duas condições relacionadas à performance financeira (Retorno sobre investimento e Fluxo de Caixa livre ajustado); - Item relacionado à responsabilidade social corporativa. Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a primeira outorga de opções conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	8
Período de exercício das opções ⁽²⁾	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025
Preço de exercício (em R\$ por opção)	21,98

⁽¹⁾ Número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019. ⁽²⁾ As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga. **Plano de Performance Shares Local 2020 e 2021 ("Plano Regular 20" e "Plano Regular 21")** - O regulamento do plano de *performance shares* da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem: - **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo; - **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo; - **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga; - **Prazo máximo para exercício das opções:** As ações são transferidas para o executivo na data do *vesting*; - **Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções/ações concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como dos demais planos locais aprovados; e - **Preço de exercício:** Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (Retorno sobre investimento e Fluxo de Caixa livre ajustado); - Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (total *shareholder return*); - Item relacionado à responsabilidade social corporativa; - Item relacionado à transformação digital da empresa. Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	154.702
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	5
Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023	
Não aplicável	

⁽¹⁾ Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 novembro de 2020. ⁽²⁾ As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga. Em 25 de agosto de 2021, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	311.745
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	16
Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023	
Não aplicável	

⁽¹⁾ Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 25 novembro de 2021. ⁽²⁾ As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga. **Mensuração de valor justo** - O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo. Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperado para as condições de desempenho que não são de mercado. O custo calculado, conforme acima descrito, é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*). A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado (*):

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35	1,09
Volatilidade esperada (%)	29,02	27,20
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25	5,57
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,72	3
Modelo utilizado	<i>Black-Scholes</i>	<i>Black-Scholes</i>

(*Aplicável somente a planos de modalidade opções de compras de ações. **Volatilidade e rendimento de dividendos - Plano Pré-IPO:** O Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como Grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação. A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar, estabelecendo a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%. **Plano Regular:** O Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga. A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar. **Cancilação de opções de compra de ações / ações restritas em circulação (planos regulares)** - Os movimentos no plano de opções de ações / ações restritas no período de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

	Plano Regular 19	Plano Regular 20	Plano Regular 21
Opções / ações pendentes em 31 de dezembro de 2020	128.178	90.420	-
Opções / ações concedidas até 31 de dezembro de 2021	-	28.818	243.064
Opções / ações canceladas até 31 de dezembro de 2021	12.000	-	-
Opções / ações pendentes em 31 de dezembro de 2021	116.178	119.238	243.064

(Plano Pré-IPO) - Não houve movimentação nas opções de ações para o Plano Pré-IPO, entre os períodos de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021. **Descrição dos planos de remuneração de ações** - Em 27 de fevereiro de 2019, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 14ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 17 de maio de 2016 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas. Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada: - Duas condições relacionadas à performance financeira (Retorno sobre investimento e Fluxo de caixa livre ajustado); - Retorno total ao acionista; e - Item relacionado à responsabilidade social corporativa. Os detalhes do plano de ações em 31 de dezembro de 2021 são demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 19	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21
Data da outorga ⁽¹⁾	27 de fevereiro de 2019	26 de fevereiro de 2020	17 de fevereiro de 2021
Data da reunião do Conselho de Administração	17 de maio de 2017	14 de junho de 2019	14 de junho de 2019
Data do <i>vesting</i> ⁽²⁾	26 de fevereiro de 2022	27 de fevereiro de 2023	14 de fevereiro de 2024
Total de ações outorgadas número na data			
de outorga	26.400	11.464	23.500
Número de ações outorgadas	28.500	15.018	23.500
Valor justo de cada ação (em EUR por opção) ⁽³⁾	14,32	13,05	11,85

⁽¹⁾ Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano). ⁽²⁾ As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas. ⁽³⁾ Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

	Plano Regular 21
Ações outorgadas em 31 de dezembro de 2020	-
Opções / ações transferidas até 31 de dezembro de 2021	23.500
Ações outorgadas em 31 de dezembro de 2021	23.500

Não houve movimentações nas ações outorgadas dos Planos Grupo 19, Grupo 20, entre os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e 2021.

Descrição	31/12/2021
Plano Grupo 19	9.900
Plano Grupo 20	12.549
Plano Grupo 21 (*)	23.500

(* Para plano Grupo 21, considera-se ações pendentes na data de outorga. **Despesas reconhecidas no resultado** - As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 2.567 (2020: R\$ 945). **10.2. Reserva de lucros: 10.2.1. Reserva legal:** Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia deve destinar 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital integralizado da Companhia. Além disso, a Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. O montante do lucro líquido destinado para a rubrica "reserva legal" foi de R\$ 23.136 (2020: R\$ 17.625). **10.2.2. Reserva estatutária:** Visa garantir meios financeiros para a operação da Companhia, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor. O montante do lucro líquido destinado para a rubrica "reserva estatutária" foi de R\$ 307.705 (2020: R\$ 234.413). **10.3. Dividendos:** Conforme Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências.

	31/12/2021	
Descrição	Total	Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2020 (i)	100.463	0,05767
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (i)	188.092	0,10797
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (ii)	170.000	0,09759
Total de dividendos pagos	458.555	0,05767
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2021 (iii)	131.874	0,07570
Total de dividendos a pagar	131.874	0,07570

(i) Na Assembleia Geral em 29 de abril de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrente do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e dividendos adicionais propostos decorrente de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 21 de junho de 2021, a Companhia liquidou dividendos no montante de R\$ 288.555. (ii) Na Assembleia Geral Extraordinária em 9 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos decorrente de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 10 de dezembro de 2021, a Companhia liquidou dividendos no montante de R\$ 170.000. (iii) Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou o registro de R\$ 131.874 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% (trinta por cento) definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2021 registrados no passivo circulante.

Descrição	31/12/2020	Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2019 (i)	183.491	0,10533
Dividendos adicionais referente a 31 de dezembro de 2019 (i)	(22.879)	(0,01313)
Total de dividendos pagos	160.612	0,09220
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2020 (ii)	100.463	0,07979
Total de dividendos a pagar	100.463	0,07979

(i) Na Assembleia Geral em 22 de maio de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, decorrente do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em 23 de junho de 2020, a Companhia liquidou dividendos no montante de R\$ 160.612. (ii) Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou o registro de R\$ 100.463 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% (trinta por cento) definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2020, registrados no passivo circulante.

(Continua)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais, exceto informações por ação)

11. Demonstração do resultado

11.1. Receitas operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez.....	337	63
Resultado de participação em controlada (nota 8).....	510.199	352.395
Receita com juros sobre mútuo da Corretora.....	78	138
Atualização sobre IR a compensar.....	14	5
Total	510.628	352.601

11.2. Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de publicações.....	(58)	(54)
Despesas bancárias.....	(1)	(1)
Total	(59)	(55)

11.3. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
COFINS.....	(16)	(8)
PIS.....	(3)	(2)
PIS e COFINS sobre JCP.....	(11.011)	-
Outras despesas operacionais.....	(1)	(1)
Total	(11.031)	(11)

12. **Transações entre partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2021, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas: • Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Acionista Majoritário (Controlador); • Itaú-Unibanco S.A. - Acionista Minoritário; • Banco CSF S.A. - Controlada; • Atacadão S.A. - Controladora Indireta; e • CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI - Controlada do Banco. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as operações com tais partes relacionadas caracterizam-se, basicamente, por:

Partes relacionadas / Operações	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas) período	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas) período
Banco CSF S.A.				
Dividendos e JCP a receber.....	178.501	(428)	99.252	-
Certificado de depósito bancário.....	35.534	24	1.585	38
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI				
Empréstimos a receber.....	-	85	3.358	138
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.				
Dividendos a pagar.....	(67.256)	-	(51.236)	-
Itaú-Unibanco S.A.				
Dividendos a pagar.....	(64.618)	-	(49.227)	-

13. **Imposto de renda e contribuição social:** As demonstrações do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são como segue:

13.1. Despesas com impostos e contribuições

Descrição	31/12/2021		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social.....	499.538	499.538	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes.....	(124.885)	(44.958)	(169.843)
Ajustes:			
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:			
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis.....	97.792	35.205	132.997
Efeito tributário do adicional de IRPJ.....	24	-	24
Total	(27.069)	(9.753)	(36.822)

Descrição	31/12/2020		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social.....	352.535	352.535	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes.....	(88.134)	(31.728)	(119.862)
Ajustes:			
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:			
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis.....	88.099	31.715	119.814
Efeito tributário do adicional de IRPJ.....	14	-	14
Total	(21)	(13)	(34)

13.2. Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social.....	499.538	352.535
Imposto de renda e contribuição social.....	36.822	3
Alíquota efetiva	7,37%	0,01%

14. **Gerenciamento de riscos:** A Administração da Companhia adota política conservadora de gerenciamento de riscos. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos, principalmente, pelos saldos de aplicações em instrumentos financeiros. A Companhia avalia o risco de crédito da contraparte / emissores dos instrumentos financeiros. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

15. Outras informações: 15.1. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Descrição	Passivo Dividendos a distribuir	Patrimônio líquido		Total
		Capital social	Reservas de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	183.491	1.259.130	898.855	2.341.476
Aumento de capital social.....	-	482.870	(482.870)	-
Recursos provenientes da destinação do resultado.....	100.463	-	252.038	352.501
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos pagos.....	(183.491)	-	-	(183.491)
Reversão dos dividendos propostos (i).....	-	-	22.879	22.879
Saldos em 31 de dezembro de 2020	100.463	1.742.000	690.902	2.533.365
Recursos provenientes da destinação do resultado.....	131.874	-	330.842	462.716
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos propostos.....	(100.463)	-	-	(100.463)
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores.....	-	-	(358.092)	(358.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	131.874	1.742.000	(663.652)	2.895.618

(i) Em 2020, foi vedada a remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores considerando os potenciais efeitos da pandemia de COVID-19, de acordo com a Resolução CMN nº 4.885/20. Ficando permitido somente a distribuição do montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado. **15.2. Passivos contingentes:** A Companhia não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações contábeis.

A DIRETORIA

Diretor-Presidente - Carlos Eduardo Carvalho Mauad

Diretor Financeiro - Laércio Schulze de Sousa

Diretor sem designação específica - Roberto Sadami Ikegami

Contadora - Valéria Dias Prates - CRC nº 1SP239180/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração e Acionistas da BSF Holding S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BSF Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSF Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Valores comparativos de 31 de dezembro de 2020: As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 15 de fevereiro de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir

relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.

Deloitte. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador CRC nº 1 SP 236588/O-4

Somos a principal Fintail do Brasil.

Saiba mais sobre o Banco Carrefour.



**GRUPO
CARREFOUR
BRASIL**

**Carrefour
banco**